



ASSOFT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Relatório e Contas 2016

Edifício Fernando Pessoa - Rua General Ferreira Martins, nº 10, 7º B - 1495-137 Algés

(Página Intencionalmente deixada em branco)

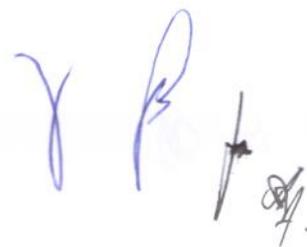
Handwritten marks in the bottom left corner, including a large stylized 'P' and a signature.

A **ASSOFT - Associação Portuguesa de Software** foi constituída em 1991 como Associação empresarial, formada por diversas empresas da área de *software*, *hardware* e comunicações, desde produtores nacionais a revendedores e editores internacionais, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de entidade pública sem fins lucrativos.

Desde junho de 1994 que a ASSOFT está registada na Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) como entidade de gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos relativamente aos produtos de *software* (programas de computador código-fonte).

A ASSOFT tem como principais objetivos estatutários a promoção, defesa e divulgação da legalidade, qualidade e integridade do *software* em Portugal e a gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos em relação aos produtos de *software* criados e produzidos pelos seus associados e utentes.

Tem como principais atividades: ações de sensibilização e de luta anti pirataria, em cooperação com produtores e distribuidores de *software*; defesa do direito de autor e direitos conexos para o *software*, através do registo e depósito de código-fonte; elaboração de contratos de depósito *escrow*; apoio jurídico na elaboração de contratos de utilização e licenciamento; apoio às autoridades policiais e judiciais em peritagens relativas à pirataria e ao crime informático.



(Página Intencionalmente deixada em branco)



Mensagem do Presidente da Direção

Caro Associado,

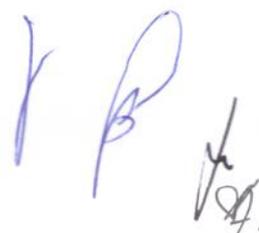
O ano de 2016 embora difícil para empresas e empresários, mostrou ser um ano de viragem na recessão económica, tendo-se assistido a diversos sinais indicadores de retoma, se bem que modestos, o que nos obriga a todos a sermos conservadores nas expectativas e, conseqüentemente, realistas: Portugal continua a enfrentar grandes desafios num cenário europeu complexo e com problemas sérios, integrado numa Europa que reconhece hoje ter o seu maior potencial de crescimento na economia digital - o mercado de atuação natural dos nossos associados.

A ASSOFT, ao dedicar todo o seu esforço ao sucesso das empresas de desenvolvimento de software, empresas que vivem e têm a sua prosperidade associada à penetração tecnológica, saber que, segundo a IDC, o mercado português de Tecnologias de Informação e Comunicação projeta um crescimento para 2017 de 1,5%, alavancado sobretudo no potencial de crescimento do setor de T.I., são boas notícias. É, contudo, vital que o mercado de T.I. tenha consciência da crescente e significativa transferência para a utilização de soluções e tecnologias móveis, de *cloud computing* e de *internet of things*. Há oportunidade, mas temos de nos adaptar acompanhando estas tendências atuais em termos da utilização de tecnologia, para ser possível aspirar ao sucesso.

E é precisamente na capacidade das empresas portuguesas de software em investir nestas novas tendências, adaptando e, porque não, inovando a sua oferta, que está o nosso maior desafio como País e como Associação. Vemo-nos como a entidade que, mais que nenhuma outra, tem a capacidade e a obrigação de criar parcerias e sinergias que ajudem a indústria portuguesa de software a compreender onde está a sua maior oportunidade, a par com execução de projetos de angariação de fundos comunitários que possibilitem às empresas “aligeirar” as suas necessidades de investimento.

Em 2016 superámos o plano base, gerando resultados que serão incorporados nos capitais próprios, apesar de continuamos a assistir à desistência de alguns dos nossos associados mais antigos, associada também a situações de dificuldade económica, por vezes com algumas situações de falência.

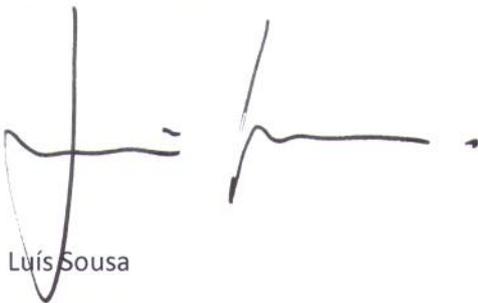
A aposta na abertura de novas frentes de atividade, efetuada no início do presente triénio, revela-se um sucesso. Complementando as tradicionais atividades da ASSOFT, na conformidade de licenciamento de software e interface da indústria de software com organismos governamentais, a reativação do apoio aos associados no acesso a fundos comunitários para modernização e internacionalização que, para além de os capacitar financeiramente na conquista dos seus desafios pessoais, libertou uma margem importante para duas grandes ações chave: resolução completa do passivo de M.L.P. junto dos dois principais credores e a possibilidade de nos prepararmos para um ano de atividades autofinanciado para o triénio que se segue: 2017-2019.



Uma última palavra para, em nome de toda a atual Direção da Associação, manifestar o nosso apreço e gratidão:

- aos associados e utentes dos nossos serviços, pela confiança que em nós depositam;
- à IGAC, entidade que nos supervisiona, todo o apoio e confiança que em nós depositam, vital para o cumprimento do principal desígnio da ASSOFT – a defesa da Propriedade Intelectual de quem desenvolve e representa *software* em Portugal;
- às entidades com quem nos relacionamos, com particular carinho àquelas com quem estabelecemos protocolos de colaboração, pelo seu prestável e precioso apoio;
- aos nossos colaboradores, pela seu profissionalismo e incansável dedicação.

Cordiais cumprimentos,

A handwritten signature in black ink, consisting of a large vertical stroke on the left, a horizontal stroke across the middle, and a smaller vertical stroke on the right, followed by a horizontal line.

Luís Sousa

Presidente da Direção

Handwritten initials in blue ink, appearing to be 'YB'.

1 - A ASSOFT

1.1 - O Fundamental

Missão

A promoção e a defesa dos interesses das pessoas e entidades que, em Portugal, produzem e comercializam *software*, estimulando o seu crescimento sustentado e criando condições ótimas para a exportação, com particular enfoque na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Visão

Reforçar o peso institucional e a reputação da Associação, em termos do seu impacto na economia, enquanto representante da indústria de *software* Portuguesa, liderando nos novos temas como a garantia de uma internet transparente e competitiva, a privacidade ou a segurança, a par com a tradicional defesa da Propriedade Intelectual e do combate à pirataria.

Portugal tem condições para desenvolver uma indústria de *software* inovadora e relevante para a sua economia, atendendo à qualidade dos quadros técnicos que possui e forma todos os anos. O seu posicionamento Europeu e a sua natural relevância na Língua Portuguesa dão-lhe uma importante vantagem competitiva em termos de exportação e de internacionalização da indústria Portuguesa de *software* na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Estratégia

A atuação da Associação segue, prioritariamente, quatro vetores estratégicos chave:

- Direito de Autor, Propriedade Intelectual e Conformidade de *Software*;
- Apoio na implementação da nova legislação;
- Desenvolvimento de competências, crescimento sustentado e Internacionalização das empresas Portuguesas de *software*;
- Novos temas das Tecnologias de Informação e Comunicação.

1.2 - Factos relevantes em 2016

O plano base de 2016, mercê das perspetivas económicas difíceis e que conseqüentemente aconselhavam prudência, assentava num ligeiro decréscimo das receitas a par com custos reestruturados por forma a assegurar uma execução em *breakeven*. Em simultâneo, foram planeados projetos de apoio à economia, assentes em fundos comunitários que, a par com o objetivo prioritário de ajudar os nossos associados a desenvolver as suas competências e a internacionalizar-se, iriam possibilitar ganhos adicionais para a Associação.

Desta forma, o exercício de 2016 foi norteado por dois princípios chave:

- manutenção de clara separação da execução nuclear da Associação, cujas receitas advêm das quotas dos associados e dos serviços da ASSOFT, como os depósitos e as auditorias, dos projetos de fundos comunitários;
- desenvolvimento de ações e atividades que incrementem o valor da Associação e dos seus serviços para os associados;

e de cuja execução salientamos os seguintes factos:

- participação ativa no grupo de entidades ligadas às várias vertentes do Direito de Autor, que se alinharam no **Fórum dos Direitos na Internet**, que possui como grande objetivo contribuir para, num momento em que Portugal aposta no aproveitamento do seu rico património material e imaterial, bem como numa nova geração de Empreendedores, na Cultura e na Ciência, desenvolver um quadro legislativo que apoie e incentive o respeito pelos direitos de autor;
- manutenção e revisão contínua do **alinhamento de princípios estratégicos com associações** de grande relevo nas tecnologias de informação e comunicação, das quais destacamos a ANETIE, a iCOMP e a BSA, com quem definimos princípios de colaboração;
- participação no **Fórum dos Serviços**, uma iniciativa da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), que visa construir um espaço aberto ao estudo, ao debate, à elaboração de propostas e ao desenvolvimento de iniciativas conjuntas relacionadas com o setor e as atividades de serviços e com o seu papel na economia portuguesa, onde têm lugar associações, empresas, investigadores e personalidades de reconhecido mérito;
- preparação e submissão do projeto **INTERSOFT III**, enquadrado na tipologia de projetos conjuntos de internacionalização ao abrigo do Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização;
- **missão empresarial** dinamizada pela ASSOFT ao **Dubai**, que contou com a presença de 8 empresas portuguesas e multinacionais que pretenderam marcar presença na maior feira de tecnologias de informação da região GITEX;
- execução do projeto **Q-GLOBAL 2016** para a zona norte e centro do País, que teve como objetivo um modelo de consultoria que possibilitasse o aumento de competências e o domínio da representatividade em mercados externos para PME do sector;
- execução do projeto **QLX-SOFTWARE SKILLS**, no âmbito do Portugal 2020, para a zona de Lisboa e Vale do Tejo, que disponibiliza incentivos a fundo perdido para empresas do sector das TIC que invistam em ferramentas que potenciam os fatores dinâmicos de competitividade das PME;
- execução do **SIAC 2016**, no âmbito do Portugal 2020, um projeto para a “valorização das empresas no domínio da proteção intelectual e acesso a dinâmicas internacionais” e que possui como objetivo a promoção, defesa, divulgação da legalidade, da qualidade e da integridade do software em Portugal e a gestão coletiva de direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software criados e produzidos pela indústria;



- candidatura ao Projeto **MOVE PME** de formação-ação que, com um desafio alargado a 92 PME na região norte e centro do País, tem como objetivo apoiar as micro, pequenas e médias empresas a atingirem padrões de desempenho mais competitivos, partindo de uma base suportada em formação especializada e outras ações de investimento no negócio e na atividade laboral das empresas;
- manutenção e reforço dos protocolos em vigor, nomeadamente com a Inspeção Geral das Atividades Culturais, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Polícia Judiciária, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio e Indústria.

1.3 - Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente	Eng. Carlos Lacerda (individual)
Secretário	Eng. Fernando Santos (em representação do Sector Zero)
Vogal	Dr. Filipe Oliveira Pinto Ribeiro (em representação da Hewlett-Packard Portugal)

Direção

Presidente	Eng. Luís Sousa (individual)
Vice-Presidente	Dr. Pedro Duarte (em representação da Microsoft Portugal)
Tesoureiro	Dr. António Augusto Telheiro (individual)
Vogal	Dr. Jorge Oliveira (em representação da Oracle Portugal)
Vogal	Dr. Jorge Santos Carneiro (em representação da Sage Portugal)
Vogal	Dr. Cláudio Correia (em representação da Algardata)
Vogal	Dr. Luís Filipe Carvalho (individual)

Conselho Fiscal

Presidente	Dr. Nuno Rocha (em representação da Adobe)
Vogal	Eng. Jorge Sá Couto (em representação da J.P. Sá Couto)
Vogal	Eng. Jorge Baptista (em representação da Primavera Business Software Solutions)

(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature in blue ink, consisting of stylized initials or a name.

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1 - Principais indicadores

2.1.1 - Número de Associados

	2013	2014	2015	2016	%16/15
Coletivo	219	222	215	204	-5,1%
Individual	111	130	121	129	6,6%
Outro	24	37	47	54	14,9%
Total	354	389	383	387	1,0%

2.1.2 - Número de Depositantes

	2013	2014	2015	2016	%16/15
Coletivo	190	198	190	191	0,5%
Individual	13	14	14	18	28,6%
Total	203	212	204	209	2,5%

2.1.3 - Número de Depósitos

	2013	2014	2015	2016	%16/15
Coletivo	1 516	1 343	1 548	1 453	-6,1%
Individual	187	152	178	168	-5,6%
Total	1 703	1 495	1 726	1 621	-6,1%

2.1.4 - Rendimentos

Valores em K €	2013	2014	2015	2016	%16/15
Execução Nuclear ASSOFT	298,9	265,4	276,0	278,1	0,7%
Quotas e Serviços ASSOFT			247,9	253,7	4,3%
Reembolsos Tribunais			5,2	10,1	20,1%
Subsídios Obtidos			12,3	1,3	-89,4%
Projetos	280,0	570,4	178,0	690,5	288,0%
Total Rendimentos	578,9	835,8	454,0	968,6	113,3%

2.1.5 - EBITDA, EBIT, Resultados antes de Impostos e Patrocínios

Valores em K €	2013	2014	2015	2016	%16/15
EBITDA	8,1	86,1	25,8	17,3	-33,0%
EBIT	1,5	85,1	23,2	14,7	-36,5%
Resultado antes de Impostos	1,5	84,9	23,2	14,6	-37,0%
Total Patrocínios	12,5	0,0	0,0	0,0	-

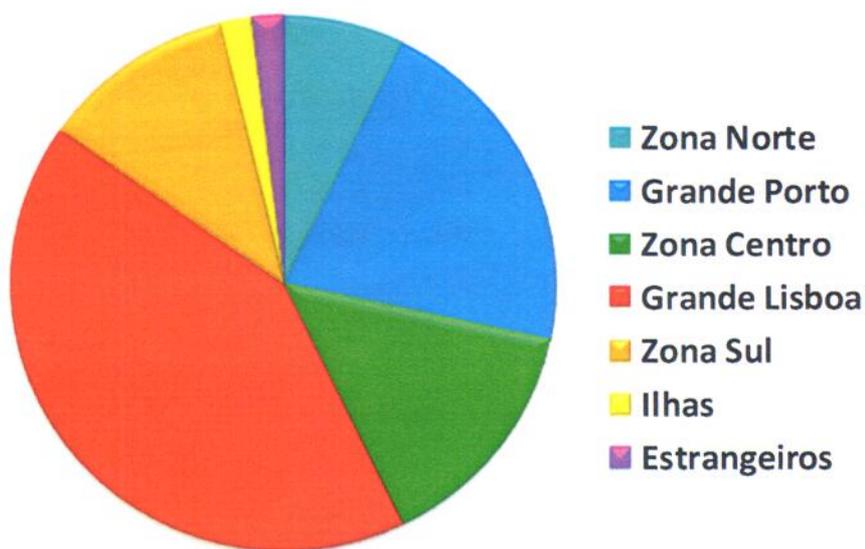
2.1.6 - Idade do Saldo de Clientes a 31/Dez/2016

Idade Saldo	Valor (€)	% Total
Até 30 dias	122 696,98	58,7%
De 31 a 60 dias	48 702,55	23,3%
De 61 a 90 dias	23 201,64	11,1%
Superior a 90 dias	14 422,64	6,9%
Saldo Clientes (31/Dez)	209 023,81	100,0%
Potencial de incobráveis	5 062,35	2,4%

2.1.7 - Atividade Departamento Técnico

	2013	2014	2015	2016	%16/15
Auditorias e Consultoria	20	8	9	5	-44,4%
Testemunho em Tribunal	13	5	1	0	-100,0%
Perícias com Autoridades	39	30	34	5	-85,3%
Total	72	43	44	10	-77,3%

2.1.8 - Perfil geográfico dos Associados



Handwritten signature in blue ink.

2.2 - Demonstração de Resultados de 2016

DEMONSTRAÇÃO (MODELO REDUZIDO) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2016		Unidade monetária: Euro	
	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados		851 815,01	323 382,29
Subsídios, doações e legados à exploração		88 857,66	7 931,38
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		(752 865,59)	(253 448,41)
Gastos com o pessoal		(186 694,06)	(167 861,22)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos		27 927,42	122 694,97
Outros gastos e perdas		(11 690,78)	(6 880,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		17 349,66	25 818,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(2 656,29)	(2 656,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		14 693,37	23 162,46
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(73,23)	-
Resultado antes de impostos (EBT)		14 620,14	23 162,46
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		14 620,14	23 162,46

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

Y B

2.3 – Balanço de 2016

Ativo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31-12-2016			
Unidade monetária Euro			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2 337,98	4 994,27
Bens do património histórico e cultural		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
		2 337,98	4 994,27
Activo corrente			
Inventários		-	-
Clientes		209 023,81	78 199,27
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos		7 660,70	-
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber		109 543,08	95 893,23
Diferimentos		1 681,28	723,22
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários		26 554,33	7 457,00
		354 463,20	182 272,72
Total do activo		356 801,18	187 266,99

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro



Fundos Patrimoniais e Passivo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31-12-2016			
Unidade monetária Euro			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2016	31-12-2015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		-	-
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados		118 685,51	95 523,05
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 000,00	1 000,00
Doações			
Resultado líquido do período		14 620,14	23 162,46
Total do fundo do capital		134 305,65	119 685,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Passivo corrente		0,00	0,00
Fornecedores		43 856,12	26 345,98
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos		7 684,26	11 826,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos		-	-
Outras contas a pagar		170 955,15	29 408,71
Outros passivos financeiros		-	-
Total do passivo		222 495,53	67 581,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		222 495,53	67 581,48
		356 801,18	187 266,99

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

2.5 - Desempenho em 2016 e Perspetivas

O contexto económico e empresarial vivido em 2016, como para a generalidade do mercado, foi de uma lenta saída da recessão económica, com “pálidos” sinais de melhoria no final do ano, o que naturalmente não facilitou a execução da ASSOFT. A forte racionalização da estrutura de custos, a par com um foco acentuado na execução de projetos de fundos comunitários, que permitem a afetação dos custos de pessoal da Associação afetos aos projetos, foi a chave para a libertação dos meios necessários para a execução do plano de resolução do seu passivo.

Em termos líquidos, a ASSOFT viu os seus associados empresariais diminuir em 5,1%, sendo na sua grande maioria empresas de desenvolvimento de *software* que não foram capazes de, neste período de dificuldade económica, transformarem os seus produtos para o novo paradigma cloud e mobilidade, no fundo dois dos principais pilares da transformação digital que hoje se vive na economia.

O número total de obras depositadas cresceu 2.5%, mercê do esforço de sensibilização para a proteção do principal ativo das empresas de *software* que a ASSOFT exerceu no mercado.

Como previsto no seu planeamento conservador, as receitas nucleares da ASSOFT bateram o plano base de vendas em 5,5% o que permitiu atingir o plano alvo a 100%, o que se traduziu num crescimento das vendas nucleares em 5.4% face ao ano transato. A queda nos lucros ficou a dever-se ao menor impacto que a execução dos projetos em 2016, devido à baixa “velocidade” de execução dos projetos no âmbito do Portugal 2020.

Resumindo, fechamos 2016 com uma situação de balanço saudável, com todas as dívidas em plano de pagamento regularizadas, o que nos dá uma excelente confiança na capacidade da ASSOFT para o próximo triénio 2017-2019.

Por último, é na nossa perspetiva muito importante salientar que a continuada forte redução da atividade fiscalizadora Portuguesa, devido aos sucessivos cortes orçamentais dos organismos de fiscalização nacionais e que são visíveis na quebra da atividade do departamento técnico da ASSOFT, no capítulo de peritagens e testemunhos em tribunal, foram contrabalançados com aumentos significativos em trabalhos de auditoria e apoio de consultoria associados à certificação de *software*. É neste desinvestimento na atividade fiscalizadora por parte do Governo e do mercado que reside a nossa grande preocupação no curto prazo, com quebras que chegaram a ser superiores a 70%. Reconhecendo que as perícias e serviços aos tribunais, para além de serem uma importante fonte de rendimentos, são uma das principais fontes de prestígio da ASSOFT, em 2017 iremos incrementar a aproximação às entidades oficiais com o intuito de procurar atenuar, ou idealmente reverter, esta tendência.

O saldo de clientes no fecho de 2016, quando comparado com o do fecho do período anterior, mostra um incremento significativo (cerca de 1,5 vezes superior), que se deve, em exclusivo, aos fluxos financeiros associados à sazonalidade dos fluxos financeiros associados aos projetos. Quando comparada a idade dos saldos do fecho de 2016 com 2015, em termos absolutos, pode verificar-se que há inclusive uma ligeira melhoria.



Para 2017, acreditando nas previsões do Governo e nas do Fundo Monetário Internacional (FMI), é previsível que a economia Portuguesa mantenha uma recuperação. As estimativas são de ligeira capacidade de crescimento, pelo que optamos por propor um orçamento para a ASSOFT em 2017 que:

- no **plano base**, corresponde à sua execução nuclear, não tenha quebras nas linhas de negócio agregadas da Associação (quotas, depósitos, etc.), sem qualquer apoio de patrocínios ou contribuições extraordinárias, por estarmos convictos que serão marginais no futuro devido aos cortes que as empresas têm feito nos seus orçamentos de marketing; e
- no **plano de “esforço” (100%)**, prevê a angariação de novos associados e clientes dos serviços, a par com a execução de projetos de acesso a fundos comunitários, com os quais acreditamos se poderá conseguir um resultado adicional bruto de 32.300 € e, conseqüentemente, nos permitirá acelerar as atividades de interesse para os associados (congressos, sessões de formação, grupos de trabalho, etc).

A indústria das tecnologias de informação e comunicação está em plena revolução com o fenómeno do *cloud computing* e as oportunidades que a mobilidade e o *Internet of Things* representa. Esta é a maior ameaça e a maior oportunidade para fornecedores de TI e clientes e impacta fortemente quem desenvolve e comercializa *software* ao mudar o paradigma. A ASSOFT está a procurar tudo fazer para ajudar quem desenvolve e comercializa *software* a ter sucesso, continuando a sua eterna “luta” pela defesa dos Direitos de Autor, mesmo no novo paradigma do mercado digital, da Internet e do *cloud computing*, servindo de interface com as instituições governamentais, como a Autoridade Aduaneira e Tributária, na implementação do enquadramento legal e ajudando-as a desenvolver projetos de modernização e internacionalização, com acesso a fundos comunitários.

Ambição e trabalho não nos faltam. Contando com o apoio e a confiança dos nossos associados, que nunca nos faltou, estamos certos de ter sucesso no triénio 2017-2019.

2.6 - Agradecimentos

Os elementos da Direção que agora vos presta contas, e que se coloca à vossa inteira disposição para o necessário julgamento, gostariam de expressar o seu especial agradecimento aos associados da ASSOFT, garantindo-lhes que continuarão a encontrar na ASSOFT o maior empenho em os servir.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respetivas áreas de atuação.

Aos nossos parceiros agradecemos a confiança e o apoio nas parcerias estabelecidas.

Aos colaboradores agradecemos em particular o elevado profissionalismo no desempenho das funções exercidas, num ano particularmente exigente, e expressamos o desejo de que continuem a desenvolver um bom trabalho em prol do tecido empresarial português e do país.

Algés, 05 de maio de 2017.



(Página Intencionalmente deixada em branco)

de
07. 

3 - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições estatutárias da nossa Associação e demais legislações em vigor, a Direção da Associação Portuguesa de Software - ASSOFT, apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos, referentes ao exercício de 2016, os quais são da responsabilidade da referida Direção.

No exercício das suas atividades de fiscalização e de harmonia com as exigências legais, o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos contabilísticos e relatórios anexos que lhe servem de suporte, tendo constatado que os elementos referidos traduzem de forma clara a atividade da Associação e que os valores contabilísticos registados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Manifestamos à Direção e aos Serviços da Associação o nosso agradecimento por toda a colaboração prestada no Conselho Fiscal e, nestas condições, somos de parecer:

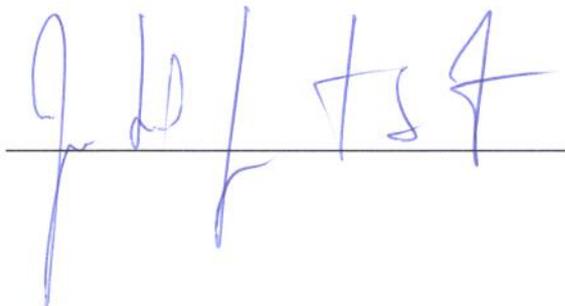
que, tendo presente as demonstrações financeiras, aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentados pela Direção da ASSOFT.

Algés, 08 de maio de 2017

Presidente - Dr. Nuno Rocha
(em representação da Adobe Corporation)



Vogal – Eng. Jorge Manuel Sá Couto
(em representação da J.P. Sá Couto, SA)



Vogal – Eng. Jorge Batista
(em representação da Primavera Software)



(Página Intencionalmente deixada em branco)

h
of. P
x

4 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, located in the bottom right corner of the page.

(Página Intencionalmente deixada em branco)

10/13/2

1. Identificação da entidade

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Natureza Jurídica: PCUP

Número de Contribuinte: 502 534 478

CAE Principal: 94995-R3

CAE Secundário: 70220-R3

Sede Social: Edifício Fernando Pessoa, Rua General Ferreira Martins, 10 -7º B, 1495-137 Algés

A Associação tem como fins:

- a) A gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software (programas de computador) e documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados;
- b) A representação de documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados; b) A representação de entidades congéneres estrangeiras em território português e daquelas que representam os seus representados nos respectivos territórios nacionais, e;
- c) Complementar a promoção, a defesa e a divulgação da qualidade, da legalidade e da integridade do software em Portugal, assim como do hardware e sistemas de comunicações que lhe estejam associados.

Associação poderá promover, patrocinar e realizar por si ou em colaboração com outras instituições nacionais ou estrangeiras, todas as actividades lícitas convenientes ao objecto social e nomeadamente:

Alínea a) - Estudos de investigação científica;

Alínea b) - Conferências e congressos científicos;

Alínea c) - Cursos, acções de formação profissional e outras actividades de pedagogia e divulgação cultural;

Alínea d) Intercâmbio e cooperação com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

Alínea e) Publicações;

Alínea f) Atribuição de prémios e bolsas de estudo;

Alínea g) Informar os cidadãos, empresas e outras entidades sobre assuntos do seu interesse;

alínea h) Apoiar e desenvolver actividades no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação sempre que as mesmas se mostrem viáveis e em benefício do utilizador comum;

alínea i) Subscrever protocolos e acordos com quaisquer entidades que colaborem e prossigam os mesmos fins que a Associação;

alínea j) Intervir, sempre que para tal seja solicitada, em diferendos comerciais entre associados, entre associados e terceiros e entre não associados, podendo criar, para o efeito, órgãos de conciliação e arbitragem destinados a dirimir os conflitos de interesses surgidos entre aqueles;

alínea k) Intensificar a colaboração com empresas e/ou entidades nacionais ou estrangeiras cujo objecto consista no desenvolvimento da economia nacional;

alínea l) Filiar-se em organismos congéneres, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da organismos congéneres, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da realização dos objectivos legítimos dos seus associados;

alínea m) Defender, junto das entidades nacionais e comunitárias, os interesses legítimos dos seus associados relativos ao desenvolvimento económico nacional; e alínea n) Colaborar activamente com o Governo, a Administração Pública Central, Regional ou Local sempre que para tal seja solicitada.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), já adaptadas ao modelo NC-ESNL, para Entidades do Sector Não Lucrativo. Devem entender-se, como fazendo parte daquelas normas, as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

3.Principais Políticas Contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As presentes demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios com reparação, que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registados como gastos do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gastos.

Activos Intangíveis

Ao activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos fixos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade". A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente

responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Instrumentos financeiros

Contas a Receber

As dívidas de Clientes e Outras contas a Receber, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no activo pelo custo, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários à ordem.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

(ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa; (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade e (iv) a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Regime de Acréscimo

As receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas, à medida que são geradas e independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas e reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Acontecimentos Subsequentes

Os eventos que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Prestações de Serviços

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
	Vendas e Prestações de Serviços		
72	Prestações de Serviços	851 815	323 382
721	Quotizações e outros serviços	250 815	260 408
721.1	Quotizações correntes	268 542	270 357
721.2	Acções Pirataria	0	6 500
725.1	Notas de Crédito	-17 727	-16 449
722	Projectos	601 000	63 196
	Intersoft	-30 000	62 950
722	Consultoria - Projecto Intersoft	0	94 318
725.2	Notas de Crédito	-30 000	-31 368
	Microsoft	0	246
722.3	Consultoria - Projecto Microsoft	0	246
	Q Global		
722.4	Consultoria - Projecto Q Global	557 800	0
	Extraordinários		
722.6	Consultoria - Projectos Extraordinários	63 200	0
	Q Global Lisboa		
722.7	Consultoria - Projecto Q Global Lisboa	10 000	0
	Descontos e Abatimentos	0	-222

5. Fornecimentos e serviços externos

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
622	Serviços Especializados	675 185	147 748
6221	Trabalhos especializados	660 567	132 215
6222	Publicidade e Propaganda	2 853	
6224	Honorários	11 530	11 467
6226	Conservação e reparação	59	790
6227	Serviços bancários	176	3 276
623	Materiais	5 946	6 294
6231	Ferramentas e utensílios de desg.rápido	65	289
6232	Livros e documentação técnica	256	293
6233	Material de escritório	5 211	5 339
6234	Artigos para oferta	172	0
6238	Outros	241	373
624	Energia e Fluidos	3 759	3 539
6241	Electricidade	3 042	2 984
6242	Combustíveis	0	50
6243	Água	717	505
625	Deslocações, Estadas e Transportes	43 369	50 625
6251	Deslocações e estadas	27 665	35 417
6252	Transportes de Pessoal	153	
6254	Kms em viatura própria	15 551	15 208
626	Serviços Diversos	24 606	45 243
6261	Rendas e alugueres	10 877	31 396
6262	Comunicação	10 623	10 907
6263	Seguros	2 122	1 855
6265	Contencioso e notariado	55	25
6267	Limpeza higiene e conforto	929	962
6268	Outros	0	98
	TOTAIS	752 866	253 448

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

6. Gastos com o pessoal

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
63	GASTOS COM O PESSOAL	186 694	167 861
632	Remunerações do Pessoal	140 084	139 161
634	Indemnizações	7 650	0
635	Encargos s/ Remunerações	27 560	27 170
636	Seguro acidentes trabalho/doença	965	828
638	Outros gastos c/pessoal	10 435	702

O número médio de empregados da associação, ao longo do ano e no final do período findo em 31 de Dezembro foi de: 6

Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
Número médio de empregados	7	6
Número de empregados no fim do período	7	6

7. Outros rendimentos e ganhos

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	27 927	122 695
781	Rendimentos suplementares	12 081	118 340
783	Recuperação dívidas a receber	1 057	4 239
786	Outros rendimentos e ganhos	0	9
787	Alienações	0	0
788	Outros	14 790	108

8. Outros Gastos e Perdas

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	11 691	6 880
681	Impostos	2 710	3 447
6812	Impostos Indirectos	2 659	3 116
6813	Taxas	51	332
687	Gastos e perdas em invest. não financeiros	0	712
6878	Outros	0	712
688	Outros	8 980	2 721
6881	Correcções relativas períodos anteriores	7 380	9
6883	Quotizações	1 600	2 682
6888	Outros	0	30

9. Activos fixos tangíveis

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	2 338	4 994
435	Equipamento administrativo	35 680	35 680
438	Depreciações acumuladas	-33 342	-30 685
438.5	Equipamento administrativo	-33 342	-30 685
642	Gastos Depreciação e de Amortização	2 656	2 656
642	Equipamento administrativo	2 656	2 656

10. Juros e gastos similares suportados

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	73	0
691	Juros Suportados	62	0
698	Outros	11	0

11. Clientes

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
21	CLIENTES	209 024	78 199
211	Clientes c/c	212 328	83 806
219	Perdas por imparidade acumuladas	-3 304	-5 606

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
	ACTIVO	7 661	0
241	I.R.C.	0	0
242	I.R.S.	0	0
243	I.V.A.	7 661	0
	PASSIVO	-7 684	-11 827
241	I.R.C.	0	-209
242	I.R.S.	-3 335	-3 849
243	I.V.A.	0	-1 953
245	Segurança Social	-4 350	-5 816

13. Outras Contas a Receber e a Pagar

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		
	Outras contas a receber	109 543	95 893
2721	Devedores por acréscimo de rendimentos	0	18 442
278	Outros devedores	109 543	77 451
	Outras contas a pagar	170 955	29 409
2722	Credores p/ acréscimos de gastos	36 951	25 076
2722.2	Remunerações a liquidar	18 193	20 915
2722.9	Outros acréscimos de gastos	18 758	4 161
278	Outros credores	134 005	4 333

14. Diferimentos

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
28	DIFERIMENTOS	1 681	723
281	Gastos a reconhecer	1 681	723

15. Caixa e Depósitos Bancários

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	26 554	7 457
11	Caixa	333	422
12	Depósitos à ordem	26 222	7 035

16. Fundos patrimoniais

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
5	FUNDOS PATRIMONIAIS	134 306	119 685
51	Fundos patrimoniais	0	0
511	Fundos	0	0
56	RESULTADOS TRANSITADOS	118 686	95 523
59	Outras variações no capital próprio	1 000	1 000
594	Doações	1 000	1 000
81	Resultado líquido do período	14 620	23 162

17. Fornecedores

Nº Conta	Designação	Exercício 2016	Exercício 2015
221	Fornecedores c/correntes	43 856	26 346
2211	Fornecedores Gerais	43 856	26 346

18. Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram eventos relevantes relatáveis após a data de balanço.

Algés, 07 de maio de 2017

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

A Direção

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2016		Unidade monetária: EURO	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		902 778,97	360 536,08
Pagamentos a fornecedores		829 778,88	240 272,89
Pagamentos ao pessoal		97 863,36	148 471,01
Caixa gerada pelas operações		(24 863,27)	(28 207,82)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(69 760,33)	(112 476,59)
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		(69 760,33)	(112 476,59)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidio ao investimento		88 857,66	116 194,76
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		88 857,66	116 194,76
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		19 097,33	3 718,17
Caixa e seus equivalentes no inicio o periodo		7 457,00	3 738,83
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		26 554,33	7 457,00

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro

A Direção

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE - ASSOFT

Anexo à demonstração dos Fluxos de Caixa

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		
	2016	2015
CAIXA	422,02	143,34
BPI - 0840515000001	4 794,73	2 570,18
BPI - 0840515000004	30,51	303,86
CAIXA GERAL DEPÓSITOS-160430	1 237,78	721,45
BPI - 0840515000006	971,96	0,00
	7 457,00	3 738,83
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO		
CAIXA	332,65	422,02
BPI - 0840515000001	5 706,95	4 794,73
BPI - 0840515000004	16 337,80	30,51
CAIXA GERAL DEPÓSITOS-160430	2 237,78	1 237,78
BPI - 0840515000006	1 939,15	971,96
	26 554,33	7 457,00
Varição de caixa e seus equivalentes	19 097,33	3 718,17

(Página Intencionalmente deixada em branco)

F. B. 7.